

Mais recursos para empresas

O presidente Aureliano Chaves ouviu, ontem, durante uma hora e 10 minutos, os representantes dos mais representativos órgãos empresariais do País e depois de debater escassez de crédito, taxas de juros, inflação e desemprego, prometeu examinar, ontem mesmo, uma injeção de recursos para as empresas. Mas advertiu que a reivindicação por um seguro cambial do Banco Central e a transformação do Imposto Calamidade em Empréstimo Compulsório deixará para a decisão do presidente Figueiredo no final do mês.

Aureliano recebeu os presidentes das Confederações Nacionais do Comércio (Antônio de Oliveira Santos), da Indústria (Albano Franco), da Agricultura (Flávio Brito), e das Federações Brasileiras das Associações de Bancos (Pedro Conde) e das Associações Comerciais (Rui Barreto). Todos os empresários depois da audiência elogiaram Aureliano mas fizeram questão de reconhecer a sua interinidade no cargo, fato que determinou a não conclusão objetiva dos assuntos discutidos.

COMÉRCIO

O presidente da Confederação do Comércio, Antônio Oliveira Santos, disse ter apresentado — em consenso com os demais empresários — duas reivindicações básicas. A primeira para obrigar o Banco Central a assumir o risco cambial (seguro

cambial), de maneira a permitir que os empresários possam operar com os dois trilhões de cruzeiros da Resolução 63, congelados no BC, com a segurança, por exemplo, de no caso de uma maxivalorização do dólar, a entidade bancária pagar o prejuízo.

A segunda reivindicação, conforme Santos, era transformar o "confisco compulsório" — imposto calamidade, recém-criado pelo governo — em empréstimo compulsório, para quando for devolvido daqui a dois anos haja correção monetária plena e não dê prejuízos aos empresários. Afora isso ele defendeu, com a concordância do presidente Aureliano Chaves, "a necessária aprovação do Decreto-lei 2.045, que reduz em 20% abaixo do INPC os reajustes salariais, como essencial na política de combate à inflação".

INDÚSTRIA

O senador Albano Franco afirmou ter comunicado ao presidente da República em exercício, as dificuldades apontadas pelo presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Mário Hamato, juntamente com outras cinco federações de outras regiões do País, reclamando falta de recursos "para desconto de duplicatas, inclusivo para recolhimento de ICM, obrigações sociais e até mesmo algumas folhas de pagamento das empresas brasileiras".